



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA

RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO Nº 07/2015

UNIDADE JURISDICIONADA: SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA

CÓDIGO SIAFI: 120002

SIGLA: SEFA

PERÍODO DOS EXAMES DE AUDITORIA: DE 18 A 22 DE MAIO DE 2015

DIRIGENTE MÁXIMO: TENENTE-BRIGADEIRO DO AR ANTÔNIO FRANCISCANGELIS NETO

EXERCÍCIO: 2014

PORTARIA CENCIAR Nº 52/CENCIAR-1, DE 12 DE MAIO DE 2015

PROCESSO Nº 67022.000728/2015-49

I – FINALIDADE DO RELATÓRIO

Informar os resultados alcançados na análise dos aspectos definidos pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do Anexo IV à Decisão Normativa nº 140, de 15 de outubro de 2014, de modo a avaliar a gestão do exercício de 2014, e compor o Processo de Contas da Unidade Jurisdicionada.

II – METODOLOGIA DOS EXAMES

Os exames foram realizados, por amostragem, na extensão julgada necessária, sobre o Relatório de Gestão produzido pela Unidade Jurisdicionada, “in loco”, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, tendo sido utilizadas as técnicas de análise documental, entrevistas, indagação escrita, conferência de cálculos e inspeção física.

Por ocasião da visita da Equipe de Auditoria, nenhuma restrição foi imposta aos auditores deste Centro quanto ao método ou extensão do trabalho desenvolvido na Unidade Jurisdicionada.

III – RESULTADOS DOS EXAMES DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO

Em acordo com o que estabelece o Anexo IV da DN-TCU, nº 140/2014, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

1. CONFORMIDADE DAS PECAS

Para avaliação da conformidade das peças, foi realizada a verificação do exigido na Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, na Decisão Normativa nº 134, de 4 de dezembro de 2013, e na Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, e, ainda, nas instruções fornecidas pelo Centro de Controle Interno da Aeronáutica.

A Unidade elaborou as peças a ela atribuídas, contemplando os formatos e conteúdos obrigatórios previstos nos normativos do Tribunal de Contas da União, exceto quanto ao verificado ao seguinte ponto:

No item 3.6 - Medidas Relativas à Acessibilidade, a UJ informou somente o seguinte: “Aviso Interno nº 01/GC4/10, de 30 de junho de 2008”, o que não atende ao disposto na Portaria -TCU Nº 90, de 16 de abril de 2014.

2. RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO

A metodologia de avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos consistiu na análise das informações apresentadas no Relatório de Gestão e na realização da comparação com os projetos e metas definidos no PCA 11-18/2012 - Plano Setorial da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica e na ICA 19-130/2014 - Programa de Trabalho da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

A Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA) é um Órgão de Direção Setorial (ODS) do Comando da Aeronáutica (COMAER) com a missão de: “gerenciar as atividades financeiras, contábeis e patrimoniais com vistas à aplicação eficiente, eficaz, legal e econômica dos recursos alocados ao Comando da Aeronáutica, contribuindo para o cumprimento da missão da Aeronáutica” (BRASIL, ICA 19-3/2010, p. 16).

Conforme disposto no Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, na estrutura organizacional do COMAER, a Secretaria é um Órgão de Direção Setorial (ODS). É um ODS atípico, pois não possui organizações subordinadas, atuando no Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica de forma sistêmica.

Devido a essa característica, a Secretaria elabora tanto o Plano Setorial, quanto o seu próprio Programa Trabalho Anual (PTA).

O planejamento da UJ é regido pela Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica, normatizado por meio dos seguintes documentos: DCA 11-1/2009 – Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica; NSCA 11-2/2009 – Sistema de Gestão do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (SIGPEMAER); e MCA 11-1 – Elaboração de Plano Setorial e Programa de Trabalho.

Na elaboração de seu planejamento, a UJ se fundamentou nas orientações e ou informações contidas nos seguintes normativos:

- a) PCA 11-18/2012 - Plano Setorial da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica para aplicação no período de 2012 a 2015 (Portaria SEFA Nº 25-T/ANAJ, de 28FEV2012);



- b) PCA 7-24/2012 - Plano Diretor de Tecnologia da Informação da SEFA (PDTI) para aplicação no biênio 2013-2014 (Portaria SEFA Nº 185/ANAJ, de 10DEZ2012);
- c) PCA 14-1/2014 - Plano de Contingência da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (PCONT), reeditado conforme Portaria SEFA Nº R-5/ANAJ, de 13OUT2014; e
- d) Plano de Reunião da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica - 2014 (Reservado).

Na avaliação realizada, identificou-se que o PCA 11-18/2012 - Plano Setorial da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, embora de aplicação no período de 2012 a 2015, está desatualizado, tendo em vista modificações ocorridas, como, por exemplo, a redução e ou a consolidação de objetivos setoriais. Os objetivos setoriais constantes do Plano Setorial da SEFA, ao longo do tempo (2012 a 2014), foram reduzidos de treze para cinco objetivos setoriais em 2014; e se encontram relacionados somente no Programa de Trabalho da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica 2014 (Pág. 12 da ICA 19-130/2014).

Questionada a Administração da UJ sobre a situação atual do Plano Setorial, foi informado que o citado Plano está em fase final de atualização.

No PTA da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (ICA 19-130/2014), que tem por finalidade: “*consolidar as ações, metas, tarefas e atividades a serem desenvolvidas pelas Subsecretarias e demais setores da SEFA, a fim de atingir os objetivos estabelecidos no seu Plano Setorial(...)*”, constam os seguintes objetivos setoriais:

1. Obter recursos orçamentários e financeiros, tomando por base a Proposta Orçamentária do COMAER em cada exercício;
2. Reduzir as não conformidades das Unidades Gestoras nas atividades afetas ao Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica;
3. Aumentar a eficácia e a eficiência dos Contratos, Acordos de Compensação, Convênios e Instrumentos Congêneres celebrados pelas UG do COMAER;
4. Reduzir o tempo do ciclo de produção, aumentar o escopo e facilitar o acesso às informações gerenciais afetas ao Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica em apoio ao processo decisório; e
5. Ampliar as competências e habilidades dos recursos humanos da Aeronáutica nos assuntos afetos ao Setor de Economia e Finanças.

Os Objetivos Setoriais da SEFA estão relacionados aos seguintes Objetivos Estratégicos da Aeronáutica constantes do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER):

OBJETIVOS PEMAER	OBJETIVOS SETORIAIS SEFA
<p>Objetivo 3: Otimizar a gestão organizacional do Comando da Aeronáutica.</p>	<p><i>Reduzir as não conformidades das Unidades Gestoras nas atividades afetas ao Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica.</i></p> <p><i>Aumentar a eficácia e a eficiência dos Contratos, Acordos de Compensação, Convênios e Instrumentos Congêneres celebrados pelas UG do COMAER.</i></p> <p><i>Reduzir o tempo do ciclo de produção, aumentar o escopo e facilitar o acesso às informações gerenciais afetas ao Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica em apoio ao processo</i></p>



	<i>decisório.</i>
Objetivo 5: Modernizar os sistemas de formação e de pós-formação de recursos humanos.	<i>Ampliar as competências e habilidades dos recursos humanos da Aeronáutica nos assuntos afetos ao Setor de Economia e Finanças.</i>
Objetivo 10: Maximizar a obtenção de recursos orçamentários e financeiros estratégicos para a Aeronáutica.	<i>Obter recursos orçamentários e financeiros, tomando por base a Proposta Orçamentária do COMAER em cada exercício.</i>

Dos objetivos setoriais, acima mencionados, decorreram treze Ações de Melhoria a serem atingidas no exercício de 2014, relacionadas no ANEXO 1 do RG SEFA 2014, sob a denominação de Projetos de Melhoria.

Na análise do citado anexo, verificou-se que do total dos treze projetos a serem executados em 2014, sete foram concluídos, de modo que o percentual total de êxito na execução desses projetos de melhoria atingiu 53,85% do planejado.

Os seis projetos restantes, não executados tratam de:

- a) Estruturar a Seção de Finanças para realizar operações de câmbio com outras Instituições Financeiras;
- b) Atualização da legislação interna do COMAER sobre convênios e instrumentos congêneres;
- c) Estabelecer rotina para acompanhamento da emissão de empenhos fora do sistema SIASG;
- d) Estabelecer solução para implantação de mecanismo de atendimento (FAQ, Banco de Dados, outros) aos clientes no Portal da SEFA;
- e) Estruturação do processo de gerenciamento de informações de transferências de recursos em sistemas governamentais; e
- f) Análise crítica e desenvolvimento do Projeto SISCOMAER.

Dentre as realizações da UJ no exercício em avaliação, destacam-se:

- a) Implantação da Sistemática eletrônica de preenchimento e de certificação dos demonstrativos de prestação de contas das UG;
- b) Implantar o Cadastro Técnico (CADTEC) e a Avaliação do Desempenho de Fornecedores, que formarão o registro cadastral de interessados em compor a base de fornecedores do Comando da Aeronáutica;
- c) Implantação do Sistema de Informações Estratégicas de Economia e Finanças (SIEFA), gerenciado pela SEFA, baseado em correlação entre informações multidisciplinares internas e externas ao Comando da Aeronáutica; e
- d) Implantação da sistemática de ensino à distância para os cursos ministrados pela SEFA.

No que se refere aos principais óbices apontados pela UJ, cita-se a insuficiência de recursos orçamentários e financeiros e, principalmente, a de recursos humanos para atender à demanda dos projetos de melhoria elencados para execução em 2014.

Em relação à execução de ações, identificou-se que a UJ tem sob a sua responsabilidade direta uma única ação do Programa 0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações), código 0284 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa.

A UJ recebeu, no exercício, uma dotação de R\$ 1.796.990.114,00 (Hum bilhão, setecentos e noventa e seis milhões, novecentos e noventa mil, cento e quatorze Reais). Desse montante, empenhou, liquidou e pagou R\$ 683.156.847,32 (Seiscentos e oitenta e três milhões, cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e quarenta e sete reais trinta e dois Reais), referentes a despesas com contratos de financiamento da dívida externa sob a responsabilidade do COMAER.

A diferença, no valor de R\$ 1.113.833.266,68 (Hum bilhão, cento e treze milhões, oitocentos e trinta e três mil, duzentos e sessenta e seis Reais e sessenta e oito centavos), refere-se à previsão orçamentária destinada a atender despesas com o Projeto FX-2, que trata da aquisição de novas aeronaves de combate à Força Aérea Brasileira, que não se concretizou no decorrer do exercício em avaliação.

A condução e o monitoramento das ações gerenciais, visando o cumprimento do planejamento da UJ foram realizados em reuniões mensais da Administração da UJ, provocada formalmente pelo Coordenador de Processos, conforme documento apresentado à equipe (Parte nº 7/COORD - Processo de 29AGO2014). Na ocasião foram atualizadas as informações sobre alterações eventualmente ocorridas no orçamento do exercício e sua implicação nos projetos em andamento, sob a responsabilidade dos diversos gestores, e também o percentual de execução atingido.

As informações referentes aos indicadores também são atualizadas e disponibilizadas no Portal da UJ para conhecimento de todo o efetivo.

À SEFA compete também gerir as atividades do Fundo Aeronáutico - FAER.

O FAER corresponde a um fundo de natureza contábil e a uma Unidade Orçamentária específica, destinado a auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento da Força Aérea Brasileira e para as realizações ou serviços que se façam necessários, no sentido de assegurar o cumprimento eficiente da missão constitucional da Aeronáutica, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.252, de 22 de dezembro de 1972. Para o exercício de 2014 recebeu créditos referentes aos programas e suas respectivas ações, conforme a LOA 2014, a seguir discriminados:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 52911 – FUNDO AERONÁUTICO.

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo.

2522 - Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos.

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa.

14TH - Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos.

14VX - Implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica - CIAAR em Lagoa Santa – MG.

20S9 - Adequação e Construção de Organizações Militares da Aeronáutica.

20SA - Sistemas Militares da Aeronáutica.

20XA - Aprestamento da Aeronáutica.

20XB - Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial.

0007 - Projeto ARP - Categoria 3 (Reconhecimento Aéreo).

20XU - Aquisição e Modernização dos Meios da Aeronáutica.

0002- Aquisição de Veículos de Superfície.

20XV - Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB.

2913 - Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.

2916 - Instrução e Treinamento Técnico-Operacional da Aeronáutica.

PROGRAMA: 2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa.

2000 - Administração da Unidade.

2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.

3. INDICADORES INSTITUCIONAIS

A metodologia utilizada para a avaliação deste item foi a de análise dos indicadores apresentados pela UJ no Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2014, considerando que sejam os mais relevantes para a gestão da UJ, direcionando-a para a priorização de indicadores de eficácia e efetividade, voltados para avaliação de resultados, conforme solicitado na Portaria TCU nº 90/2014, considerando, ainda a relação custo-benefício; se os procedimentos de coleta produzem dados sobre desempenho precisos, completos e representativos e, ainda, se são parte integrante do processo de tomada de decisões.

Para auxiliar o alcance dos objetivos setoriais, relacionados no PTA, a SEFA utiliza indicadores posicionados em processos, conforme informado no Relatório de Gestão 2014:

Nesse sentido, a maioria dos processos listados na Cadeia de Valor da Secretaria tem o seu desempenho monitorado por meio de indicadores, os quais estão alinhados à Missão da Secretaria de “Gerenciar as atividades financeiras, contábeis e patrimoniais, com vistas à aplicação eficiente, eficaz, legal e econômica dos recursos alocados ao COMAER [...]”.

Baseado nos dados apresentados no Relatório de Gestão de 2014, a equipe de auditoria efetuou as seguintes análises dos indicadores:

Nome - Índice de Devolução de Recursos pelas UG
Objetivo - Identificar o percentual de devolução de recursos solicitados pelas UG
Fórmula de Cálculo: Devolução de Recursos = $(\sum \text{Montante Devolvido} / \sum \text{Montante Solicitado}) \times 100$
Observações: O indicador propõe-se a: - demonstrar o percentual de devolução de recursos financeiros solicitados pelas UG no mês; - medir o grau de eficiência da Unidade na elaboração da sua Proposta de Programação Financeira; e - demandar ações da UJ no sentido de corrigir eventuais procedimentos, adotados pelas UG, em desacordo com as orientações vigentes para a solicitação de recursos. O indicador está vinculado ao seguinte objetivo setorial: - <i>Obter recursos orçamentários e financeiros, tomando por base a Proposta Orçamentária do COMAER em cada exercício.</i>
Avaliação: Esse indicador está ligado também aos macroprocessos Controle da Execução e Provimento de Recursos, uma vez que a devolução de recursos, os disponibiliza para outras atividades,

garantindo assim a eficiência na gestão financeira.

Os gestores das Unidades, que apresentam percentual de devolução acima do recomendado, são orientados no sentido de reajustar as suas rotinas de programação financeira, evitando que as devoluções persistam nos próximos meses.

O índice em questão, consegue representar a situação que se pretende medir, atendendo aos requisitos relativos à confiabilidade e à facilidade de obtenção dos dados, e é capaz de gerar séries históricas, além de ser de fácil compreensão pelo público em geral

Nome - Eficácia da Arrecadação da Fonte 0280120320

Objetivo - Acompanhar mensalmente a eficácia da arrecadação dos rendimentos das aplicações financeiras.

Fórmula de Cálculo:

Eficácia de Arrecadação = $\frac{\sum \text{Arrecadação Real 0280}}{\sum \text{Meta LOA 0280}}$

Onde:

- a) Arrecadação Real 0280 = Arrecadação Realizada na Fonte 0280.120.320
- b) Meta LOA 0280 = Meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual para a Fonte 0280.120.320

Observações:

O indicador propõe-se a:

- acompanhar, mensalmente, a eficácia da arrecadação dos rendimentos das aplicações financeiras; e
- avaliar se as condições em que foram realizadas as aplicações (prazos, valor aplicado, taxa pactuada, instituição financeira escolhida, etc.) permanecem válidas para alcançar a meta estipulada na Lei de Orçamento Anual (LOA) para o exercício ou, se necessário, a necessidade de modificar algum parâmetro para a próxima aplicação.

O indicador está vinculado ao seguinte objetivo setorial:

- Obter recursos orçamentários e financeiros, tomando por base a Proposta Orçamentária do COMAER em cada exercício.

Avaliação:

A metodologia aplicada, assim como a confiabilidade dos dados garantem o cumprimento do objetivo que o indicador pretende medir, propicia as intervenções necessárias da UJ para que a meta seja atingida e apresenta capacidade de gerar séries históricas.

No entanto há necessidade de:

- inserir o índice de referência, ou seja, o resultado obtido no ano anterior;
- modificar a meta, atualmente estipulada em valores nominais, para o formato percentual, a fim de adequá-la ao mesmo formato utilizado para o grau de avaliação; e
- na fórmula, multiplicar por 100 o resultado da razão encontrada, para se obter o percentual de arrecadação atingido, classificando-o em acordo com os graus de avaliação previstos.

Nome - Índice de Execução Financeira
Objetivo - Identificar o percentual de atendimento das solicitações de recursos financeiros do Tesouro Nacional.
<p>Fórmula de Cálculo:</p> <p>Execução Financeira = \sum Montante solicitado pela SEFA / \sum Montante solicitado pelas UG</p> <p>Onde:</p> <p>\sum Montante solicitado pela SEFA = Somatório das PPF liberadas pela SEFA no mês</p> <p>\sum Montante solicitado pelas UG = Somatório das PPF emitidas pelas UG no mês.</p> <p>PPF = Proposta de Programação Financeira</p>
<p>Observações:</p> <p>O indicador propõe-se a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - mostrar o percentual de recursos atendidos pela SEFA em relação ao montante solicitado pelas UG; - auxiliar a gestão da SEFA, no intuito de garantir que os repasses sejam plenamente atendidos quanto aos montantes e prazos; e - evidenciar quando e quanto dos recursos solicitados não estão sendo atendidos, demandando, então, gestões da SEFA junto aos órgãos competentes, a fim de solucionar ou minimizar as dificuldades encontradas no fluxo e no montante de recursos necessários ao atendimento das UG. <p>O indicador está vinculado ao seguinte objetivo setorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Obter recursos orçamentários e financeiros, tomando por base a Proposta Orçamentária do COMAER em cada exercício. <p>Avaliação:</p> <p>A extração dos dados é feita através do SIAFI, garantindo a confiabilidade e facilidade de obtenção dos dados, além de permitir uma medição contínua ao longo do tempo.</p> <p>Seus resultados representam com clareza a situação que se pretende medir, sendo de fácil compreensão pelo público em geral, e fornece subsídios para as intervenções na gestão da UG.</p> <p>As informações constantes do campo “Identificação das variáveis” não condizem com as variáveis constantes da “Fórmula”.</p> <p>Como forma de aperfeiçoamento, recomenda-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - inserir o índice de referência, ou seja, o resultado obtido no ano anterior; - corrigir a fórmula: de montante solicitado pela SEFA para montante atendido pela SEFA; - adequar a identificação das variáveis às constantes da fórmula; e - apurar o índice também anualmente, a fim de que se tenha uma avaliação percentual da média de atendimento no ano, tendo em vista a ocorrência de variações na liberação de recursos durante os meses do ano. A recomendação prende-se ao fato de que a gestão avaliada refere-se ao exercício como um todo.



Nome - Indicador de Descentralização de Créditos
Objetivo - Evidenciar o grau de regularidade na descentralização dos créditos das diversas Ações Orçamentárias.
<p>Fórmula de Cálculo:</p> $ID = \left(\sum \frac{\text{Valor Descentralizado}}{\text{LOA} + \text{Destaques} - \text{Contingenciamento}} \right) \times 100\%$
<p>Observações:</p> <p>O indicador propõe-se a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - evidenciar o grau de regularidade na descentralização de créditos, por ação orçamentária, a fim de permitir a aplicação eficiente e judiciosa dos recursos. <p>O indicador está vinculado ao seguinte objetivo setorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliar o volume de recursos orçamentários e financeiros alocado, de modo a atender às necessidades do COMAER, em cada exercício. <p>Avaliação:</p> <p>Os dados trabalhados são extraídos do SIAFI, garantindo sua confiabilidade e facilidade de obtenção, além de serem de fácil compreensão pelo público em geral. O indicador apresenta capacidade de gerar séries históricas e atende a situação que se pretende medir.</p> <p>Porém, analisando a metodologia de cálculo do indicador e o objetivo proposto, encontra-se dificuldade em identificar a forma com que as informações produzidas contribuem para eventuais intervenções efetuadas na gestão.</p> <p>Além disso, as informações constantes do campo “Identificação das variáveis” não condizem com as variáveis constantes da “Fórmula”.</p> <p>Como forma de contribuir para o aperfeiçoamento da exibição do índice, sugere-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - adequar a identificação das variáveis às constantes da fórmula; com seus respectivos detalhes; - inserir a medição atual e o índice de referência; - definir especificamente o que se pretende medir, tendo em vista que consta como objetivo do indicador: “Evidenciar o grau de regularidade na descentralização dos créditos das diversas Ações Orçamentárias”; porém, a fórmula não contempla variável para “ações orçamentárias”; - consolidar as informações num único índice ou separar em dois, tendo em vista que as informações constantes do gráfico 5.6 se refere à fórmula, cujo resultado está consolidado e as do gráfico 5.7 ao objetivo, cujo resultado está por “Principais Ações”; e - adequar as informações dos gráficos 5.6 e 5.7 as variáveis constantes da fórmula.

<p>Nome - Conformidade de Registros Contábeis</p>
<p>Objetivo - Evidenciar a correção dos registros contábeis do COMAER nos diversos níveis</p>
<p>Métricas:</p> <p>Quantidade de ações de acompanhamento da SUCONT-3 nas UG</p> <p>Quantidade de Restrições Contábeis Nível UG</p> <p>Quantidade de Restrições Contábeis Nível COMAER</p>
<p>Observações:</p> <p>O indicador propõe-se a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - demandar ações oportunas da UJ no sentido de manter a conformidade dos registros contábeis no SIAFI; - evidenciar as ações de acompanhamento tomadas no decorrer do ano, assim como as restrições impostas pela SEFA às UG do COMAER; - evitar restrições impostas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em razão de inconformidades contábeis no COMAER; e - subsidiar ações direcionadas que busquem mitigar a ocorrência de inconformidades. <p>O indicador está vinculado ao seguinte objetivo setorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reduzir as não conformidades das unidades gestoras nas atividades afetas ao Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica. <p>Avaliação:</p> <p>O Índice de Conformidade de Registros Contábeis representa com eficácia a gestão efetuada pela SUCONT no intuito de manter a conformidade dos registros no SIAFI. Evidencia as ações de acompanhamento tomadas no decorrer do ano, assim como as restrições impostas pela SEFA às UG do COMAER, servindo estas de alertas para futuras correções, no intuito de evitar eventuais restrições impostas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ao COMAER.</p> <p>Atende aos quesitos de confiabilidade e de fácil acesso às informações, tendo em vista que os dados são obtidos no SIAFI.</p> <p>Em paralelo, há um controle das principais causas dessas restrições impostas, dando subsídio às ações direcionadas que buscam mitigar as ocorrências.</p> <p>Aliado a isso, a UJ utiliza como incentivo às UG o Prêmio Destaque Execução Contábil do Comando da Aeronáutica, onde são ranqueadas, com base no índice de Conformidade de Registros Contábeis, as UG que mais se destacaram durante o ano quanto à regularidade dos registros contábeis.</p>

Nome - Controle de Certidões
Objetivo - Evidenciar o percentual do tempo, em dias, no mês de análise, nos quais o COMAER apresentou pendência de emissão de Certidão de regularidade.
<p>Fórmula de Cálculo: $TCP = [(DVC - DPC) / DVC] \times 100$, onde:</p> <p>TCP = Tempo de Certidões Pendentes;</p> <p>DPC = Dias de Pendência da Certidão no mês;</p> <p>DVC = Dias de Vencimento da Certidão.</p>
<p>Observações: O indicador propõe-se a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - medir o percentual de tempo em dias, no mês de análise, em que o COMAER manteve a regularidade das certidões e do CADIN. <p>O indicador está vinculado ao seguinte objetivo setorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reduzir as não conformidades das unidades gestoras nas atividades afetas ao Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica. <p>Avaliação:</p> <p>O Indicador de Controle de Certidões já existia em 2013, medindo o número de dias em que as Certidões de Regularidade (CND-PREV e CND-SRF) do COMAER permaneciam impossibilitadas de ser renovadas e o tempo que o CADIN permanecia irregular, devido à existência de pendências a solucionar.</p> <p>Embora ainda conste no Relatório de Gestão como objetivo: “Evidenciar o percentual do tempo, em dias, no mês de análise, nos quais o COMAER apresentou pendência de emissão de Certidão de regularidade”, em 2014 esse índice foi reformulado e passou a medir o percentual de tempo em dias, no mês de análise, em que o COMAER manteve a regularidade das certidões/CADIN.</p> <p>A análise realizada evidenciou que os dados produzidos por esse novo índice não representam as atividades desenvolvidas, pois os esforços estão concentrados nas ações destinadas a regularizar pendências existentes para que se evite a impossibilidade de se renovar certidões de interesse do COMAER.</p> <p>A compreensão da metodologia utilizada é prejudicada pela complexidade dos conceitos adotados e por medir, em um mesmo índice, certidões com características e prazos de vencimento diferentes.</p> <p>Desta maneira, recomenda-se a reformulação do índice da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> - medir os tipos de pendências que impossibilitam a renovação das certidões por Tipo de Certidão (CND-PREV, CND-SRF, CADIN) e por UG; e - definir as etapas necessárias para a solução de cada tipo de pendência, contabilizar os dias utilizados para a resolução de cada etapa, de modo a totalizar o tempo despendido para a solução da pendência. <p>Recomenda-se também a elaboração de série histórica com o acompanhamento do número de pendências para que se evidencie a eficácia das atividades de orientação.</p> <p>A adoção das medidas recomendadas mostrará, com maior efetividade, os trabalhos realizados no intuito de manter a regularidade das certidões, além de produzir informações que irão subsidiar atividades de gestão para a redução das causas das pendências que impedem a renovação das certidões.</p>




Nome - Nível de Satisfação do Usuário
Objetivo - Evidenciar o nível de satisfação do usuário em relação ao atendimento via telefone, prestado pela SUCONT-3.
<p>Fórmula de Cálculo:</p> $ID = \left(\frac{\text{Total de Avaliações por Nível}}{\text{Total de Atendimentos Telefônicos Avaliados}} \right) \times 100\%$ <p>Onde:</p> <p>Total de avaliações por nível de satisfação (1 a 5)</p> <p>Total de atendimentos telefônicos avaliados</p>
<p>Observações:</p> <p>O indicador propõe-se a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - medir o nível de satisfação do usuário em relação ao atendimento via telefone, prestado pela SUCONT-3. <p>O indicador está vinculado ao seguinte objetivo setorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliar as competências e habilidades dos recursos humanos da Aeronáutica nos assuntos afetos ao Setor de Economia e Finanças. <p>Avaliação:</p> <p>O indicador atinge seu objetivo, sendo capaz de representar a situação que se pretende medir, inclusive possibilitando a criação de séries históricas. A recente implantação do sistema URA (Unidade de Resposta Audível), possibilitará uma extração de dados mais fácil, transparente e confiável, reduzindo o tempo para obtenção dos resultados.</p> <p>Com relação às intervenções efetuadas na gestão, vê-se que o indicador pode subsidiar informações e promover controles que auxiliariam no desempenho do Indicador de Conformidade de Registros Contábeis.</p> <p>Uma das causas das inconformidades em registros contábeis é o desconhecimento por parte dos gestores das normas de execução contábil no COMAER, todas expostas no Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica (MCA 172-3). Ressalte-se que o citado manual serve de embasamento para todos os atendimentos realizados às UG que procuram a SEFA.</p> <p>Ressalte-se, ainda; que não há um indicador que meça em quais módulos do Manual as dúvidas são mais frequentes.</p> <p>Desta forma, recomenda-se implantar um indicador, controlado eletronicamente pela URA, que ao iniciar o atendimento exija que o usuário informe a qual módulo do Manual sua dúvida se refere, assim como uma disponibilizar uma opção caso não se saiba o módulo.</p> <p>Uma vez extraídas essas informações, a SUCONT teria condições de avaliar, de forma mais efetiva, as ações que seriam tomadas para coibir as inconformidades contábeis, promovendo orientações direcionadas e, conseqüentemente, contribuindo para atingir um dos objetivos setoriais da SEFA que trata de: “Reduzir as não conformidades das Unidades Gestoras nas atividades afetas ao Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica”.</p>

Nome - Nível de Satisfação do Usuário – Convênios
Objetivo - Evidenciar o nível de satisfação do usuário em relação ao atendimento via telefone, prestado pela SUCONV-2.
<p>Fórmula de Cálculo:</p> $ID = \left(\frac{\text{Total de Avaliação por Nível}}{\text{Total de Atendimento Avaliado}} \right) \times 100 \%$ <p>Onde:</p> <p>ID = Indicador</p> <p>Total de avaliações por nível de satisfação (1 a 5)</p> <p>Total de atendimentos avaliados</p>
<p>Observações:</p> <p>O indicador propõe-se a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - medir o nível de satisfação do usuário em relação ao atendimento via telefone, prestado pela SUCONV-2. <p>O indicador está vinculado ao seguinte objetivo setorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliar as competências e habilidades dos recursos humanos da Aeronáutica nos assuntos afetos ao Setor de Economia e Finanças. <p>Avaliação:</p> <p>O indicador atinge seu objetivo, sendo capaz de representar a situação que se pretende medir, inclusive possibilitando a criação de séries históricas. A recente implantação do sistema URA (Unidade de Resposta Audível), possibilitará uma extração de dados mais fácil, transparente e confiável, reduzindo o tempo para obtenção dos resultados.</p> <p>Com relação às intervenções efetuadas na gestão, vê-se que o indicador pode subsidiar informações e promover controles que auxiliariam no desempenho do Indicador de Conformidade de Registros Contábeis.</p> <p>Uma das causas das inconformidades em registros contábeis é o desconhecimento por parte dos gestores das normas de execução contábil no COMAER, todas expostas no Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica (MCA 172-3). Ressalte-se que o citado manual serve de embasamento para todos os atendimentos realizados às UG que procuram a SEFA.</p> <p>Ressalte-se, ainda; que não há um indicador que meça em quais módulos do Manual as dúvidas são mais frequentes.</p> <p>Desta forma, recomenda-se implantar um indicador, controlado eletronicamente pela URA, que ao iniciar o atendimento exija que o usuário informe a qual módulo do Manual sua dúvida se refere, assim como disponibilizar uma opção caso não se saiba o módulo.</p> <p>Uma vez extraídas essas informações, a SUCONV teria condições de avaliar, de forma mais efetiva, as ações que seriam tomadas para coibir as inconformidades contábeis, promovendo orientações direcionadas e, conseqüentemente, contribuindo para atingir um dos objetivos setoriais da SEFA que trata de: “Reduzir as não conformidades das Unidades Gestoras nas atividades afetas ao Setor de Economia e Finanças da Aeronáutica”</p>

Indicadores de Gestão da Dívida e Gerenciador de Projetos

Conforme consta do RG 2014 da UJ, o indicador acima mencionado está subdividido em quatro outros indicadores, cujas análises estão a seguir:

Nome - Indicador de Gerenciamento de Projetos
Objetivo - Evidenciar o grau de atendimento das necessidades gerenciais dos projetos suportados pelas ações 8969, 20IH, 123B, 123J.
<p>Fórmula de Cálculo:</p> $ID = \frac{\Sigma \text{Descentralizações}}{\Sigma \text{Necessidades Gerenciais}} \times 100\%$ <p>Onde:</p> <p>Descentralizações = valores que de fato foram descentralizados, e</p> <p>Necessidades Gerenciais = valores orçamentários necessários para o atendimento das necessidades do PROFAB.</p>
<p>Observações:</p> <p>O indicador propõe-se a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - medir o grau de atendimento, por parte do Governo Federal, dos recursos financeiros necessários para o desenvolvimento de projetos suportados pelas ações orçamentárias 8969, 20IH, 123B e 123J, em andamento no âmbito do COMAER. <p>O indicador está vinculado ao seguinte objetivo setorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Obter recursos orçamentários e financeiros, tomando por base a Proposta Orçamentária do COMAER em cada exercício. <p>Avaliação:</p> <p>O indicador cumpre em parte o que pretende medir, pois mede um processo onde a ingerência da SEFA para sua realização é muito reduzida. Os números apresentados na última medição mostram ineficácia no atendimento aos recursos destinados ao desenvolvimento de projetos do COMAER, cabendo à SEFA somente ações estratégicas de assessoramento junto ao Comandante da Aeronáutica e ao Ministério da Defesa no intuito de manter a regularidade no envio dos recursos.</p> <p>Os dados são extraídos do SIAFI, demonstrando confiabilidade na fonte, facilidade na obtenção e um bom grau de compreensão para o público em geral.</p> <p>Entretanto, sugere-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - suprimir a Figura 5.4 - PROFAB, pois apresenta ações orçamentárias que não se referem ao índice em avaliação; - definir o nome do índice no Relatório de Gestão e no sítio da SEFA como “Indicador de Gerenciamento de Projetos”, conforme consta da Tabela 5.9 ou “Índice Mensal das Ações do PROFAB”, conforme consta da 1ª linha da citada tabela; - adequar o campo “Identificação das Variáveis” às variáveis descritas na fórmula: Descentralizações e Necessidades Gerenciais;

- constam do Gráfico 5.14 – Atendimento das necessidades gerenciais dos projetos informações em duas moedas: Dólar e Real. Definir em qual moeda as informações serão exibidas; e
- inserir o índice de referência.

A seguir estão analisados os indicadores de Utilização de Financiamento, que correspondem aos contratos pactuados com os bancos BNP PARIBAS, Societe Generale e BBVA. Por conter o mesmo Objetivo e a mesma Fórmula de Cálculo, a análise realizada é a mesma para os três índices de utilização de financiamento.

Nome - Indicadores de Utilização de Financiamento
Objetivo - Evidenciar o comportamento dos desembolsos realizados em relação ao cronograma de utilização contratado.
<p>Fórmula de Cálculo:</p> $ID = \frac{\sum \text{Desembolsos}}{\sum \text{Contratado}} \times 100\%$ <p>Onde:</p> <p>Desembolsos: valores que de fato foram desembolsados; e</p> <p>Contratado: valores previstos para serem desembolsados pelos bancos credores.</p>
<p>Observações:</p> <p>O indicador propõe-se a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - mostrar o nível de liberação dos recursos por parte do Governo Federal, relativos a projetos do COMAER, suportados por financiamentos contratados junto a instituições financeiras internacionais. <p>O indicador está vinculado ao seguinte objetivo setorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Obter recursos orçamentários e financeiros, tomando por base a Proposta Orçamentária do COMAER em cada exercício. <p>Avaliação:</p> <p>Atualmente o COMAER tem três projetos suportados por financiamentos externos, cada um com suas previsões de recursos estipuladas previamente, e para cada projeto uma instituição financeira contratada.</p> <p>Os dados são confiáveis e de fácil acesso, tendo em vista que são extraídos do SIAFI e complementados com informações dos próprios gerentes de projetos. Também possibilita a geração de série histórica, conforme demonstrado nos gráficos constantes do RG da SEFA.</p> <p>Os contingenciamentos ocorridos no exercício contribuíram para que os desembolsos de recursos para o atendimento de despesas com financiamento externo ficassem abaixo da meta estipulada pela UJ para o exercício em avaliação. As principais consequências dos contingenciamentos aos recursos para pagamento de financiamento externos são o atraso no andamento dos projetos pela esfera comercial e a penalização através de multas contratuais pela esfera financeira.</p>

Assim como o índice anterior, este não evidencia o desempenho da SEFA e sim do Governo Federal com relação aos projetos sob responsabilidade do COMAER.

Os dados são confiáveis e de fácil acesso, tendo em vista que são extraídos do SIAFI e complementados com informações dos próprios gerentes de projetos. Também possibilita a geração de série histórica, conforme demonstrado nos gráficos constantes do RG da SEFA.

Embora atenda aos requisitos solicitados, recomenda-se:

- separar, no Relatório de Gestão, o título “Índice de Gestão da Dívida” do “Índice de Gerenciamento de Projetos”, tendo em vista que tratam de informações diferentes; e
- caso seja de interesse da UJ, criar um Indicador de Acompanhamento da Dívida Externa, no qual estaria consolidada, percentualmente, a avaliação média dos índices de utilização dos financiamentos contratados.

Embora não faça parte de um macroprocesso finalístico, o Provimento de RH tem papel relevante na manutenção das atividades que sustentam os processos e macroprocessos finalísticos. Aliado a isso, o Plano de Contingência da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (PCA 14-1) elenca como um grupo de evento de risco, a perda inesperada de recursos humanos, listando as ações de contingência que devem ser tomadas.

Sendo assim, recomenda-se a criação de um indicador que evidencie as perdas de recursos humanos, de modo setorial, hierárquico e funcional, subsidiando as subsecretarias com as informações obtidas, de modo a evitar que a eventual falta de pessoas comprometa o desempenho das atividades da UJ.

Os índices apresentados no RG da SEFA, de um modo geral, refletem os resultados da intervenção na gestão. Os sistemas utilizados para extração e a metodologia de tratamento dos dados, garantem a confiabilidade dos dados, e são de compreensão do público em geral, com pequenas ressalvas em alguns índices, já citadas anteriormente.

Há necessidade, no entanto, de que seja elaborada uma NPA disciplinando a metodologia de elaboração dos índices, extração e aplicação dos dados e apuração dos resultados.

4. GESTÃO DE PESSOAS

As questões a serem avaliadas pela auditoria de gestão foram: A gestão de RH atende às necessidades da Unidade? O efetivo é adequado? Se não, quais ações foram tomadas para manutenção/aumento do efetivo? Há serviços terceirizados? Como estão ocorrendo as contratações de pessoal temporário?

A força de trabalho da SEFA é composta por 178 pessoas, sendo que o previsto originalmente seria de 201 pessoas, entre civis e militares, o que demonstra uma carência de pessoal em mais de 10% do efetivo adequado para a execução de suas atividades, conforme informado no Relatório de Gestão da UJ:

A Tabela de Lotação de Pessoal (TLP) da SEFA demonstra o efetivo militar previsto e o efetivo militar existente para o ano de 2014. Analisando o demonstrativo observamos que a quantidade de militares disponíveis frente às necessidades da SEFA é insuficiente para adequar as demandas internas e externas a fim de cumprir a missão da SEFA. Todavia, para fazer frente à demanda de encargos que lhe é atribuída, a SEFA, tendo em vista as limitações impostas pela Tabela de Lotação de Pessoal, tem lançado mão de Oficiais contratados para o exercício de Tarefa por Tempo Certo ou Designados para o Serviço Ativo e se utilizado de alguns Oficiais do QOEA (SVA), originalmente destinados às atividades de apoio



administrativo, como recurso para dar suporte à sua atividade fim. Diante do exposto, foi necessário a solicitação de aporte de recursos humanos, com o incremento de pessoal, conforme Ofício nº 123/SPM/2314, de 02 JUN 2014 ao COMGEP.

O efetivo é composto por 117 servidores e militares em cargos efetivos, 58 em contratos temporários (entre oficiais temporários, praças e tarefas por tempo certo) e três em cargo de Direção, Chefia e Assessoramento (DAS), sendo dois civis e um militar.

As informações sobre os detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ estão de acordo com o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009 (Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e das Funções Gratificadas do Comando da Aeronáutica), exceto pela lotação autorizada cuja previsão para SEFA é de 15 pessoas (Um Assistente 102.2, onze Assistentes Técnicos 102.1, e três Chefes 101.1) e no RG 2014 constam 14, sendo que efetivamente existem 13 pessoas .

A SEFA atualizou os perfis profissiográficos do efetivo em 2012, nesses perfis são informados os requisitos obrigatórios e os desejáveis, bem como as atribuições dos cargos; porém, o atendimento aos citados requisitos não é totalmente observado, devido ao quantitativo insuficiente de efetivo no período.

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 01 - CENCIAR, de 18 de maio de 2015, a Gestora de Pessoal da UJ informou que têm como principais controles internos administrativos, relacionados à gestão de pessoas, o controle de plano de férias, de concessão de auxílio-fardamento, auxílio-transporte e auxílio-creche, de escalas de comissões (de fiscais de provas, de cotejamentos, de funeral, de equipe de contra incêndio e de representações) e conta, ainda, com o auxílio do banco de dados GECOMPES (Gerenciamento Complementar de Pessoal) para acompanhamento de ausências temporárias, de atualização de endereços e de setores de trabalho, de data de praça e de apresentação, e de situações em que, eventualmente, possam se encontrar o efetivo (afastamentos por motivos de férias, cursos, viagens a serviço, hospitalizações), dentre outros acompanhamentos.

O sistema utilizado na gestão de pessoal do COMAER é o Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES). Trata-se de um instrumento utilizado pelo COMAER para Gerenciamento de Recursos Humanos, através da integração, em um único Banco de Dados, dos módulos dos Sistemas de Administração de Pessoal (SISAP), de Pagamento de Pessoal (ACANTUS), de Gestão de Fundo de Saúde (FUNSA) e de Emissão de Boletim, o que permite maior consistência de dados, melhor gerenciamento dos recursos, e maior velocidade no fornecimento de informações.

Atualmente, todas as Organizações Militares do COMAER acessam o SIGPES para a publicação de seus boletins internos, realizando, com isso, a atualização dos dados da base.

A partir desta mesma base, são inseridas informações cujos impactos podem refletir nas áreas operacionais, funcionais e orçamentárias da UJ, razões pelas quais é imprescindível manter um alto nível de exatidão na inserção dos dados e na qualidade e confiabilidade dos aplicativos utilizados, a fim de manter a integridade das informações inseridas na base de dados. Conforme informado pela gestora, os registros estão atualizados e o acompanhamento é realizado em tela específica do próprio sistema, para verificação das pendências da Unidade.

5. TRANSFERÊNCIAS

A SEFA não realizou transferências de recursos mediante convênios, contratos de repasse, termos de cooperação e de parceria, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições, conforme informado em resposta à Solicitação de Auditoria nº 02, de 18 de maio de 2015 no exercício de 2014.

6. COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Na estrutura do Comando da Aeronáutica, a SEFA é uma Unidade Gestora Credora (UGCRED) apoiada pelo Grupamento de Apoio de Brasília – GAP-BR, e, portanto, não realiza suas próprias aquisições e ou contratações.

8. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

O COMAER tem formalizado em sua estrutura o Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER (STI), tendo como órgão central a Diretoria de Tecnologia de Informação da Aeronáutica (DTI), sendo a SEFA um dos elos de coordenação do sistema (NSCA 7-7/2004).

A estrutura organizacional de TI da SEFA é composta de:

- a) Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (ASTIC), subordinada ao Secretário, sendo responsável pela coordenação das atividades de TI da SEFA junto à DTI;
- b) Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação e Comunicação (CGSTIC), subordinado à ASTIC, como órgão consultivo; e da
- c) Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), subordinada ao Gabinete da SEFA (GABSEFA), responsável pela operacionalização do sistema de TI, além de monitorar seus indicadores de desempenho (RICA 20-2).

O Plano Diretor de Tecnologia de Informação - PDTI 2013-2014 (PCA 7-24/2012), determina os objetivos e estratégias do planejamento de TI, assim como contribui para a aplicação das melhores práticas de governança em TI e segurança das informações, consolidando as necessidades do Programa de Trabalho Anual (ICA 19-130/2014) e do Plano de Contingência (PCA 14-1) da SEFA.

Tendo como base o PDTI e os trabalhos realizados, observa-se que a estrutura de “hardware” foi 100% atualizada em 2012, assim como a estrutura da rede de dados, apresentando o dimensionamento e as características necessárias ao cumprimento dos objetivos da Secretaria.

Os aspectos de segurança vêm sendo observados, dentre eles, restrição no acesso às instalações, como, por exemplo, o acesso biométrico à sala de servidores e “switches”, o gerenciamento do grupo gerador e equipamentos *no-breaks*, além dos sistemas de refrigeração. A SEFA tem implementado, ainda, o controle das configurações de acesso a sistemas, rotinas de *backup*, redundância da sala de servidores, plano de contingência e realiza, constantemente, o monitoramento de acessos e atualização de *software* antivírus.

Os sistemas informatizados geridos pela SEFA, juntamente com o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), estão relacionados com a execução orçamentária e financeira, análise de custos, contratos de despesas e receitas, além de auxiliar nos processos de contratação do COMAER e de fornecer informações estratégicas para tomada de decisões. Estão, desta forma, diretamente ligados aos objetivos estratégicos da Secretaria, e consequentemente ao primeiro objetivo do PDTI: “Contribuir para a redução do tempo do ciclo de produção e apresentação de informações gerenciais de execução orçamentária, financeira e patrimonial para apoio ao processo decisório”.

A política de capacitação de pessoal está detalhada no PDTI, e faz parte de uma das estratégias do plano permanente de capacitação de pessoal. O planejamento envolve treinamento nas áreas de redes, segurança da informação, programação e sistemas de uso do suporte, de forma a garantir amplo alcance das atividades desenvolvidas pela ASTIC/DTIC.

De acordo com a avaliação realizada e, confirmada verbalmente pelo Chefe da ASTIC, o CGSTIC não dispõe, formalmente, de um planejamento de reuniões e de registro formal dos assuntos tratados nessas reuniões.

Com relação à elaboração do PDTI, verificou-se a ausência de tópicos essenciais à instituição das políticas de governança em TI, relacionados no Guia de Elaboração de PDTI do SISP, a seguir relacionados:

- a) metodologia de elaboração do PDTI;
- b) documentos de referência;
- c) princípios e diretrizes;
- d) estrutura organizacional da TI;
- e) resultados do PDTI anterior (caso existam);
- f) plano de metas, definindo prazos e indicadores; e
- g) plano de gestão de riscos.

Embora o Plano de Contingência (PCONT) da SEFA (PCA 14-1/2014) identifique, como um de seus processos críticos, o Monitoramento do Serviço de Rede, de responsabilidade da ASTIC, além de listar vários grupos de eventos de risco que envolvem a gestão de TI, as orientações contidas no citado plano destinam-se à implantação de medidas de contingência que deverão ser tomadas na ocorrência do evento.

No entanto, cabe também ao PDTI o planejamento da gestão de risco e a determinação de controles e indicadores que terão a função de evitar que o PCONT seja acionado.

Ainda, segundo o PDTI, um dos objetivos do plano é: *“Aplicar as melhores práticas e recomendações na gestão dos recursos de TIC, definidas nos frameworks de Governança de TIC e nas orientações emanadas dos órgãos superiores e definidas pelo Comitê Gestor de Segurança e de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGSTIC)”*.

Sendo assim, sugere-se que o PDTI seja revisado, de forma que se introduza em seu conteúdo o plano de gestão de riscos, referente aos objetivos estratégicos de TI da SEFA, possibilitando assim que se criem indicadores e controles internos adequados à toda estrutura de governança em TI, assim como os utilizados pela DTI no PCA 7-4/2012 - Plano de Implantação da Governança de TI no STI.

Ressalte-se que o Plano de Implantação da Governança da DTI, utilizou como modelo de referência o CobiT 4.1, atendendo desta forma a orientação do Acórdão nº 2308/2010 do TCU: *“A necessidade da avaliação do valor de TI, o gerenciamento dos riscos relacionados à TI e as crescentes necessidades de controle sobre as informações são agora entendidos como elementos-chave da governança corporativa.”*

Essa adequação permitirá medir o desempenho da área de TI assim como mitigar os riscos inerentes ao negócio. Aliado a isso, sugere-se também uma maior atuação do Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação e Comunicação na gestão da TI, o qual através de suas competências tem ação de cunho estruturante para a governança de TI no setor público federal, auxiliando no seu objetivo fundamental de criar valor para a organização (Nota Técnica 7/2014 – SEFIT/TCU).

9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

A SEFA não possui imóveis sob sua responsabilidade patrimonial, assim como não possui imóveis locados de terceiros. A área ocupada pela Unidade fica em um imóvel cuja gestão administrativa fica a cargo do Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR), que tem em sua estrutura um setor responsável pela gestão de patrimônio imobiliário, que entre outras atribuições relacionadas aos imóveis, cuidam da regularização, reavaliação, manutenção, conservação e reformas.

10. CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS

Em relação aos controles internos, as questões a serem respondidas pela equipe de auditoria foram: As informações apresentadas sobre controle interno/ambiente de controle são adequadas? Representam a realidade da Unidade? O gestor preocupa-se de fato com o estabelecimento de controles, sua aplicação e seu grau de adequação/aderência?

A eficácia do sistema de controle interno é baseada na estrutura montada, na capacidade para avaliar e apreciar de maneira contínua os resultados da Organização, comparando-os com os objetivos, metas e orçamentos propostos pelo Comando, documentando a atividade de controle, e fazendo-a interagir com as estruturas operacionais e de informações.

Cabe ressaltar que a SEFA é uma Unidade Administrativa qualificada como UG Executora para atividades sistêmicas e vinculada à UG Credora (GAP-BR) para efeito de execução orçamentária, financeira e patrimonial (Portaria nº 661/GC3, 12 de setembro de 2012. DOU nº 178 S1, de 13/09/2012, pag. 24).

Para a elaboração do Relatório de Gestão de 2014 foi designado um Grupo de Trabalho pela Portaria SEFA nº 9-T/SCI, de 27 de janeiro de 2014, publicada no Boletim Interno Ostensivo Nº 14, de 18 de fevereiro de 2014 da SEFA. Para Presidente do Grupo de Trabalho foi designado o Vice-Secretário de Economia e Finanças e, como membros do grupo, os Subsecretários de Contabilidade, de Administração Financeira e de Contratos e Convênios, os chefes de Gabinete, da Seção de Controle Interno e da Seção de Inteligência e outros assessores, o que demonstra que a Alta Administração da SEFA percebe os controles internos como essenciais ao alcance dos objetivos da Unidade e ao adequado desempenho da gestão.

Corroborar a avaliação da equipe as medidas formais e determinações adotadas pelo Dirigente Máximo da UJ, como, por exemplo, o registro constante do Art. 4º da citada Portaria: “O resultado final dos trabalhos, conduzido pelo referido GT será levado à apreciação do Exmo. Sr. Secretário de Economia e Finanças”.

A comunicação interna é considerada suficiente e atende aos diversos níveis da Organização, haja vista que na UJ, bem como nas demais UG do COMAER, são utilizados diferentes tipos de canais de comunicação como, por exemplo: publicações em Boletim Interno Ostensivo e no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA), mensagens SIAFI, mensagens diretas, correio eletrônico, *spark* (mensagens instantâneas entre o efetivo), Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica (SIGADAER), que trata do controle e organização dos documentos no âmbito das organizações militares do COMAER, desde a sua elaboração até o seu arquivo. São também disponibilizadas ao público interno informações por meio da rede INTRAER (*intranet*).

Além dos canais de comunicação comuns ao COMAER, a UJ possui três eventos, que ocorrem periodicamente e que contribuem para garantir uma boa comunicação interna: Reunião de Prestação de Contas, Reunião da Administração e reunião com todo o efetivo.

No que se refere à participação do efetivo na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética, ou conduta, conforme questionamento realizado por meio da

Solicitação de Auditoria Nº 03 – CENCIAR, a UJ informou o seguinte:

Os procedimentos, instruções operacionais, código de ética e ou conduta, são elaborados pelos setores interessados, no caso de normas específicas, ou por meio de instauração de grupo de trabalho. Em ambos os casos, tais instrumentos são direcionados à Assessoria de Normas (ANAJ), para análise normativa, e ao Controle Interno. Os dispositivos são disponibilizados, alguns no processo de elaboração, para sugestões, no site da SEFA. As reuniões da SEFA, outro instrumento da estrutura de reuniões e eventos gerenciais da SEFA, são utilizadas para divulgação, ou instrução de assuntos do interesse de todo efetivo.

Como comprovação da resposta, foram apresentadas as Partes de nº 59/SCI, de 23/07/2014 e a de nº36/SCI, de 12/03/2015, que tratam de atualização de normas internas, endereçadas aos subsecretários e chefes de setores.

Quanto ao gerenciamento de risco, foi apresentado o Plano de Contingência (PCA 14-1/2014), aprovado pela Portaria SEFA Nº R-5/ANAJ, de 13 de outubro de 2014, cuja finalidade é

Estabelecer e permitir a coordenação e o controle das ações de pronta resposta a eventos de risco que, uma vez concretizados, configurem situações de contingências, capazes de provocar a interrupção, por tempo considerado superior ao aceitável de um ou mais processos críticos da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

Como resultado desse plano foi designado um Comitê de Contingência com a responsabilidade de conduzir as primeiras ações de identificação de uma situação de ameaça ou desastre, verificando se as condicionantes para o acionamento do Plano de Contingência estão presentes.

No entanto, o Plano de Contingência é acionado somente na ocorrência de eventos de risco, ocasião em que as medidas de contingência são tomadas. Há necessidade de que sejam avaliados, periodicamente, os riscos em potencial que podem impedir ou dificultar o alcance dos objetivos da UJ e, principalmente, formalizadas ações mitigadoras para evitar que o Plano de Contingência seja acionado.

Foram identificadas diversas atividades de controle, como, por exemplo, controles físicos dos diversos bens e valores, cotejamento da Folha de Pagamento de Pessoal, a realização da Prestação de Contas Mensal, prática adotada pelas unidades do COMAER, ocasião em que é avaliado o desempenho das principais atividades da Organização. Ressalte-se que a UJ observa a segregação de funções, reduzindo risco de erro ou fraude, conforme preconizam várias normas internas e externas ao COMAER.

O monitoramento contínuo é incorporado à rotina por meio das atividades de controle e autenticações realizadas pelo Setor de Controle Interno da SEFA na documentação sob a responsabilidade da UJ, particularmente as que se referem às áreas orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos. Ressalte-se que o monitoramento também é realizado por meio de auditorias, realizadas pela própria UJ, e pelo CENCIAR, cujas recomendações de ordem formal tem agregado valor à condução da gestão da UJ.

A SEFA conta com um ambiente de controle favorável à consecução de seus objetivos institucionais, pois suas estratégias e os objetivos são estabelecidos, estão identificados, avaliados e geridos. Fatores como valores éticos da Organização, competência profissional, e desenvolvimento de pessoal estão presentes na Organização de forma contínua.

A equipe de auditoria pode verificar que os dirigentes da SEFA percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da Unidade e dão adequado suporte ao seu funcionamento.

Não foi observado, porém, no campo destinado à Análise crítica e comentários relevantes, do Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ, a metodologia utilizada pela



UJ para a atribuição dos graus aos diversos quesitos que compõem o citado quadro.

Em face dos exames realizados e dos esclarecimentos prestados, consideramos satisfatório o ambiente de controle da SEFA, tendo em vista que diversas áreas e setores da estrutura da UJ possuem Normas Padrão de Ação (NPA) sobre procedimentos e rotinas de trabalho, baseadas em Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA), as quais normatizam e norteiam os diversos controles internos da UJ.

11. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIOS FINANCEIROS.

Considerou-se para a avaliação da confiabilidade e efetividade dos controles internos, relacionados à elaboração das demonstrações contábeis e de relatórios financeiros sob a responsabilidade do COMAER, as seguintes questões: Qual a Unidade responsável pela elaboração das demonstrações contábeis e relatórios financeiros? Qual a previsão normativa desta atividade? O perfil dos recursos humanos envolvidos? A Estrutura para a execução das atividades contábeis e financeiras são adequadas?

A atribuição prevista na Lei nº 4.320/1964, conforme Art. 85, é executada pela Subsecretaria de Contabilidade – SUCONT da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA), que é o órgão central de contabilidade no âmbito do COMAER.

A SEFA integra o Sistema de Contabilidade Federal do Poder Executivo Federal, cujo órgão central é a Secretaria do Tesouro Nacional.

Conforme Regimento Interno da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (RICA 20-2), reeditado e aprovado pela Portaria SEFA nº 22/ANAJ, de 4 de maio de 2015, está a cargo da Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis (SUCONT 2.2) da Subsecretaria de Contabilidade, na pessoa do Contador credenciado no CRC, analisar e avaliar as Demonstrações Contábeis das UGE, do FAer e do COMAER, como um todo, com vistas à elaboração das declarações e notas explicativas que se fizerem necessárias.

O Chefe da Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis (SUCONT 2.2) deve ser Tenente-Coronel ou Major do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa (RICA 20-2), Bacharel em Ciências Contábeis com registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e com experiência funcional na área, de forma a contribuir à cadeia de valor do referido processo.

A equipe observou, no Relatório de Gestão da UJ, que o posto e o quadro de contador do COMAER (Tenente do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica), responsável pelas demonstrações contábeis no exercício de 2014, não correspondem à regulamentação prevista em Regimento Interno da própria UJ, mas preserva a consistência das informações, visto que a oficial contadora possui os requisitos necessários para a função, exceto quanto ao posto.

À Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis cabe o registro, no SIAFI, das Conformidades Contábeis relativas às UG Executoras; ao FAer e ao COMAER; interagir com os elos do Sistema de Contabilidade Federal no trato dos assuntos de sua competência; e preparar as informações de custos e as relativas à execução contábil, quando solicitadas, para compor a documentação do COMAER a ser inserida na prestação de contas do Presidente da República e encaminhada ao MD.

De forma a manter a correção dos registros contábeis sintéticos, conforme preconiza o Art. 95 da Lei nº 4.320/1964, com base nos registros analíticos efetuados pelas diversas Unidades Gestoras do COMAER, a SEFA sempre que necessário, por intermédio do Instituto de Economia e Finanças – IEFA, que tem por finalidade desenvolver capacidades relacionadas com o ensino e a pesquisa nas áreas de economia, finanças, gestão orçamentária e financeira, patrimonial e de contabilidade do interesse do Comando da Aeronáutica, capacita os gestores com objetivo de

padronizar procedimentos.

A SUCONT conta também com o apoio das auditorias realizadas nas Unidades do COMAER, no que se refere à avaliação da legalidade e legitimidade dos registros efetuados pelas UG nos sistemas contábil, financeiro, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais, de acordo com a Instrução Normativa nº 01, de 06 de abril de 2001.

De forma, que a equipe de auditoria considera que os controles internos relativos à elaboração das demonstrações contábeis e aos relatórios financeiros das UG do COMAER são confiáveis e efetivos.

12. REFLEXOS DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO NOS CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

A Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas do Tribunal de Contas da União (Selog), formulou representação perante aquela Corte, fundamentada no entendimento de possível irregularidade em diversos contratos no âmbito da Administração Pública Federal, motivada pela falta de revisão dos preços praticados pelas empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, tendo aquela Corte de Contas proferido o Acórdão nº 2859/2013 – TCU – Plenário (TC nº 013.515/2013-6).

O citado Acórdão expôs a necessidade de revisão dos referidos contratos, especialmente os de prestação de serviços, em razão da redução dos custos obtida por fornecedores como resultado da desoneração da folha de pagamento.

No Comando da Aeronáutica, a Subsecretaria de Contratos e Convênios (SUCONV) da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA), por intermédio do Ofício Circular nº 1/SUCONV/537, de 7 de fevereiro de 2014, solicitou informações aos Órgãos de Direção Setorial sobre a citada desoneração nos contratos celebrados por suas Organizações Subordinadas, com as informações solicitadas pelo TCU, ou seja, a demonstração das medidas adotadas para a revisão dos contratos, a obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior e o detalhamento sobre os contratos revisados, com destaque para a economia obtida em cada contrato, em razão da mudança da base de cálculo para as contribuições previdenciárias devidas pelas empresas, como resultado da desoneração da folha de pagamento concedida para alguns setores da economia (Arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 2011).

Em 02/10/2014, representantes das entidades beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento ingressaram com pedido de reexame, junto ao Tribunal de Contas da União, dos efeitos dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, resultando na suspensão daquela determinação, a contar de 18/11/2014, com fulcro no disposto no art. 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 30/11/2011, até a ulterior deliberação da colenda Corte de Contas.

Considerando a complexidade do assunto e que o TCU ainda não proferiu o entendimento final do referido processo, após análise do recurso impetrado; e, por fim, com intuito de que as Unidades Gestoras do COMAER estejam aptas a cumprir os dispositivos legais, o Centro de Controle Interno da Aeronáutica solicitou à SEFA, por meio da Assessoria de Normas e Assuntos Jurídicos (ANAJ), a possibilidade de emitir normativo a respeito do assunto, especialmente pelo vulto das obras e serviços de engenharia, com observância tanto da legislação vigente, quanto das orientações normativas expedidas pela Receita Federal do Brasil (RFB), em especial a IN RFB nº 1.436, de 30 de dezembro de 2013, e suas atualizações, quando da decisão final do TCU.

13. ACESSIBILIDADE

Não obstante a SEFA não ter apresentado informações quanto à política de acessibilidade adotada, por não possuir imóveis sob sua responsabilidade patrimonial, cabe à UJ solicitar ao GAP-BR as reformas internas julgadas necessárias às instalações, de modo a adaptá-las ao acesso das pessoas portadoras de necessidades especiais.

IV – RECOMENDAÇÕES GERAIS

Considerando-se as análises realizadas, a Equipe de Auditoria recomenda que sejam implementadas as medidas abaixo identificadas; que o Dirigente Máximo da UJ determine que as providências para o atendimento às recomendações sejam encaminhadas ao Centro de Controle Interno, em prazo a ser estipulado por este Centro de Controle; e que seja determinado fazer constar no próximo RG, no campo próprio, as ações implementadas ou efetivadas para as devidas implementações:

1. Observar as orientações para a elaboração do Relatório de Gestão em particular a que se refere:
 - a) ao preenchimento do item 3.6 Medidas Relativas à Acessibilidade;
 - b) à metodologia utilizada pela UJ para a atribuição dos graus aos diversos quesitos que compõem o Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ;
2. Atualizar o Plano Setorial, de modo que as informações e os dados utilizados na elaboração dos documentos que disciplinam o planejamento da UJ estejam atualizados;
3. Elaborar normativo que discipline a escolha dos indicadores da UJ, abrangendo, no mínimo, a metodologia de elaboração dos índices, a extração e aplicação dos dados, e a apuração dos resultados;
4. Elaborar um indicador para o acompanhamento do provimento de recursos humanos, tendo em vista a importância desse recurso para as atividades desenvolvidas na UJ;
5. Atentar para as recomendações, referentes aos indicadores, registradas no Item 3 – Indicadores Institucionais, deste Relatório;
5. Determinar ao Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação e Comunicação que elabore o seu planejamento de trabalho, bem como registre, formalmente, os assuntos tratados em suas reuniões;
6. Revisar o PDTI, inserindo a metodologia de elaboração, os documentos de referência, os princípios e diretrizes, a estrutura organizacional da TI, os resultados do PDTI anterior (caso existam), o plano de metas, definindo prazos e indicadores; e o plano de gestão de riscos com a definição de indicadores e controles internos para a TI;
7. Avaliar, periódica e formalmente, os riscos em potencial que podem impedir ou dificultar o alcance dos objetivos da UJ e, principalmente, formalizar ações mitigadoras para evitar que o Plano de Contingência seja acionado;



8. Solicitar ao GAPBR, em atenção ao disposto na Lei nº 10.098/2000 e no Decreto 5.296/2004, que tratam da Política de Acessibilidade, as providências necessárias ao que pode ser realizado na UJ para o atendimento de pessoas portadoras de necessidade especiais; e

9. Providenciar, após decisão final do TCU, se for o caso, a emissão de normativo orientando as Unidades Gestoras do COMAER sobre os procedimentos a adotar para o cumprimento do Acórdão.

V – CONCLUSÃO

Em face do exame realizado, conclui-se pela REGULARIDADE da gestão dos responsáveis pela Unidade Jurisdicionada, no exercício de 2014.

Brasília, 23 de setembro de 2015.



PAULO NOBERTO PRATES DE OLIVEIRA- Cel Int R/1



ARIANE DE ALMEIDA PEDROSA PITASSI SALES- 1º Ten QCOA CCO